

INTRODUÇÃO

O meu intento não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir a sua razão, mas somente mostrar de que maneira procurei conduzir a minha.

DESCARTES

No pequeno livro *Um Discurso sobre as Ciências* ⁽¹⁾ procurei demonstrar que a ciência moderna se encontra mergulhada numa profunda crise.

A época em que vivemos deve ser considerada uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando os sinais, e a que, à falta de melhor designação, chamo ciência pós-moderna. Indiquei então, ainda que muito sucintamente, alguns dos princípios que presidem à construção do novo paradigma.

O presente livro parte da ideia de que vivemos uma fase de transição paradigmática e procura definir o perfil teórico e sociológico da forma de conhecimento que, nesta fase, transporta os sentidos emergentes do paradigma da ciência pós-moderna. Com este objetivo submete a uma crítica sistemática as correntes dominantes da reflexão epistemológica sobre a ciência moderna, recorrendo, para isso, a uma dupla hermenêutica: de suspeição e de recuperação.

(1) Porto, Afrontamento, 1987.

O desenvolvimento deste tema central é pautado pelo princípio de que, qualquer que seja a opção epistemológica sobre o que a ciência faz, a reflexão sobre a ciência que se faz não pode escapar ao círculo hermenêutico, o que significa, antes de mais, não podermos compreender qualquer das suas partes (as diferentes disciplinas científicas) sem termos alguma compreensão de como «trabalha» o seu todo, e, vice-versa, não podermos compreender a totalidade sem termos alguma compreensão de como «trabalham» as suas partes. Aliás, o todo e a parte são aqui, de algum modo, uma ilusão mecânica, pois o princípio hermenêutico é o de que a parte é tão determinada pelo todo como o todo o é pelas suas partes (Gadamer, 1983: 162).

O recurso ao círculo hermenêutico para compreender criticamente a ciência moderna tem uma justificação específica. A reflexão hermenêutica visa transformar o distante em próximo, o estranho em familiar, através de um discurso racional — fronético, que não apodítico — orientado pelo desejo de diálogo com o objecto da reflexão para que ele «nos fale», numa língua não necessariamente a nossa mas que nos seja compreensível, e nessa medida se nos torne relevante, nos enriqueça e contribua para aprofundar a auto-compreensão do nosso papel na construção da sociedade, ou, na expressão cara à hermenêutica, do mundo da vida (*Lebenswelt*). Por isso, Rorty, ao adoptar o behaviorismo epistemológico, de que adiante se dará notícia, sugere que se adopte uma atitude epistemológica perante o discurso normal, comensurável, compreensível, e uma atitude hermenêutica perante o discurso anormal, incomensurável, incompreensível, mas que desejamos «trazer» a um discurso normal, do qual, aliás, se pode depois dar conta epistemologicamente (Rorty, 1980: 320 e ss.). Ora, se é certo que a distinção entre discurso normal e discurso anormal é pensada, no seguimento da distinção de Kuhn entre ciência normal e ciência revolucionária (Kuhn, 1970), para operar no interior do conhecimento científico, a verdade é que este se tem vindo a tornar, no seu todo, um discurso anormal, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade e dão sentido às práticas e relações sociais individuais que a consti-

tuem. O distanciamento e a estranheza do discurso científico em relação, por exemplo, ao discurso do senso comum, ao discurso estético ou ao discurso religioso estão inscritos na matriz da ciência moderna, adquiriram expressão filosófica a partir do século XVII com Bacon, Locke, Hobbes e Descartes e não têm cessado de se aprofundar como parte integrante do processo de desenvolvimento das ciências⁽²⁾. Aliás, este processo tem vindo a fazer com que o distanciamento e a estranheza do discurso científico se reproduzam no próprio interior da comunidade científica, na medida em que o avanço da especialização torna impossível ao cientista, e já não apenas ao cidadão comum, compreender o que se passa (e por que se passa) à volta do habitáculo (cada vez mais estreito) em que vive em Scientiapolis.

A reflexão hermenêutica torna-se, assim, necessária para transformar a ciência, de um objecto estranho, distante e incomensurável com a nossa vida, num objecto familiar e próximo, que não falando a língua de todos os dias é capaz de nos comunicar as suas valências e os seus limites, os seus objectivos e o que realiza aquém e além deles, um objecto que, por falar, será mais adequadamente concebido numa relação eu/tu (a relação hermenêutica) do que numa relação eu/coisa (a relação epistemológica) e que, nessa medida, se transforma num parceiro da contemplação e da transformação do mundo. Compreender assim a ciência não é fundá-la dogmaticamente em qualquer dos princípios absolutos ou *a priori* que a filosofia da ciência nos tem vindo a fornecer, desde o *ens cogitans* de Descartes à reflexão transcendental de Kant, ao espírito absoluto de Hegel, à consciência pura e sua intuição das essências de Husserl, à imediação da percepção sensorial do empirismo anglo-saxónico e do sensualismo francês. Ao contrário, trata-se de compreendê-la enquanto prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em

(2) A medida da distância do conhecimento científico em relação às demais formas de conhecimento ilustra-se bem na evolução semântica do conceito de teoria desde o pensamento grego até aos nossos dias. Cfr. Gadamer (1983: 17).

diálogo com o mundo e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, acomodados ou revoltados.

O círculo hermenêutico cumpre-se, desconstruindo um a um os diferentes objectos teóricos que a ciência constrói sobre si própria e, com eles, as diferentes imagens que dá de si, a fim de tornar compreensível por que razão foram construídos esses objectos e não outros, essas imagens e não outras. A desconstrução faz-se mediante o apelo ao inobjectivável e ao inimaginável que tornam ou tornaram socialmente possível os objectos e as imagens científicas em uso. Do mesmo modo que, como diz Bachelard, a teoria do objectivo deve ser construída *contra* o objecto (1972: 250), assim também só aplicando a ciência contra a ciência é possível levá-la a dizer não só o que sabe de si, mas tudo aquilo que tem de ignorar a seu respeito para poder saber da sociedade o que esperamos que ela saiba.

A reflexão aqui proposta tem como eixo privilegiado as ciências sociais, sendo a partir desse eixo que se reflecte sobre as ciências no seu conjunto e a sociedade em geral. É sabido que as ciências sociais se constroem a partir de uma totalidade, a «realidade social», o «fenómeno social total», e que por isso «a distinção entre as várias Ciências Sociais só pode provir *das próprias Ciências Sociais*, e não pode ter outro significado que não seja o de cada uma dessas disciplinas encarar, abordar, analisar *de uma forma diferente* aquela mesma 'realidade'» (Nunes, 1972: 20). A fragmentação disciplinar, que assim resulta de processos internos ao conhecimento científico-social, produz neste um duplo esquecimento: o de as ciências sociais serem uma prática social entre outras; o de as diferenças que elas constroem sobre a realidade social (os seus objectos teóricos) não serem diferentes das diferenças que lhes permitem afirmar a sua autonomia enquanto práticas sociais de conhecimento privilegiado. Deste duplo esquecimento resulta uma dupla distância ou estranhamento: em relação às demais práticas sociais que constituem o «fenómeno social total» e em relação aos demais saberes, científicos ou não, que sobre este último se consti-

tuem. A reflexão hermenêutica tem, pois, aqui um duplo cabimento: tornar compreensível o que as ciências sociais são na sociedade e o que elas dizem sobre a sociedade. E porque o conhecimento científico-social é hoje um elemento constitutivo, tão íntimo quanto ignorado, do nosso *Dasein* social, a compreensão hermenêutica das ciências sociais é, em sentido muito preciso, a auto-compreensão do nosso estar no mundo técnico-científico contemporâneo.

A relevância prática deste sentido torna-se evidente quando se dilucidam em mais detalhe e em toda a sua historicidade as determinações mútuas entre as ciências sociais e a sociedade. Enquanto prática de conhecimento, as ciências sociais transformam a sociedade em múltiplos objectos teóricos e, nesse sentido, objectivam (coisificam) a sociedade. Contudo, o reconhecimento social deste conhecimento faz com que tal objectivação seja apropriável e, nessa medida, subjectivável. É-o precisamente na medida em que os objectos teóricos se transformam nos objectivos sociais dos sujeitos sociais que podem investir no conhecimento científico-social e, portanto, apropriar-se dele. Por exemplo, um estudo económico pode ser utilizado por uma empresa para melhorar a sua actuação, ou seja, para se afirmar e fortalecer enquanto sujeito social. Quer isto dizer que, dadas as condições sociais de produção e apropriação do conhecimento científico, a criação de objectos teóricos está cada vez mais vinculada à criação ou potenciação de sujeitos sociais e, conseqüentemente, à destruição ou degradação dos sujeitos sociais que não podem investir no conhecimento científico ou apropriar-se dele. Em suma, a subjectividade social é cada vez mais o produto da objectivação científica. A hermenêutica sociológica das condições de produção e apropriação do conhecimento é, assim, indispensável para saber como se constituem e distribuem socialmente os sujeitos sociais e seus objectivos e, portanto, como se desenrolam os processos de potenciação e de degradação da subjectividade social.

Por outro lado, enquanto prática social, as ciências sociais são subjectivadas pela sociedade na medida em que esta cria as condições de emergência e fortalecimento tanto dos sujeitos individuais da

ciência (os cientistas) como dos sujeitos colectivos (as universidades, as disciplinas científicas, os centros e os projectos da investigação). No entanto, na medida em que produzem conhecimento, os sujeitos da ciência são objectivados nos objectos teóricos que criam. A objectivação dos cientistas está bem simbolizada no carácter anónimo do conhecimento científico ⁽³⁾, no facto de ele, uma vez socialmente produzido e investido, adquirir uma materialidade própria que o separa e o aliena do seu criador. O cientista deixa de ser um sujeito-para-si para ser um sujeito-para-os-objectos. Mas porque a criação dos objectos teóricos está, como disse, cada vez mais vinculada aos objectivos sociais dos sujeitos sociais que podem investir no conhecimento científico ou apropriar-se dele, resulta serem tais objectivos cada vez mais responsáveis pela criação e potenciação de sujeitos de ciência, isto é, dos cientistas cujos objectos teóricos estão em consonância com eles e, conseqüentemente, pela destruição ou degradação daqueles cujos objectos teóricos estão em dissonância com eles. Em suma, a subjectividade científica é cada vez mais o produto da objectivação social. A hermenêutica sociológica das condições de produção e apropriação do conhecimento é, assim, indispensável para saber como se constituem e distribuem socialmente os cientistas e seus objectos teóricos e, portanto, como se desenrolam os processos de potenciação e de degradação da subjectividade científica.

Ao reflectir sobre as condições de produção e apropriação do conhecimento científico, a dimensão hermenêutica visa compreender e desvelar a ininteligibilidade social que rodeia e se interpenetra nas ciências sociais, elas que são, na sociedade contemporânea, instrumentos privilegiados de inteligibilidade sobre o social. A compreensão do real social proporcionada pelas ciências sociais só é possível na medida em que estas se auto-compreendem nessa prática e no-la devolvem, duplamente transparente, a nós que somos o

(3) Piaget vê no anonimato a grande vantagem das ciências sobre a filosofia. É ele que torna possível a descentração do sujeito individual na direcção do sujeito epistémico (1967: 15).

princípio e o fim de tudo o que se diz sobre o mundo. A reflexão hermenêutica permite assim romper o círculo vicioso do objecto-sujeito-objecto, ampliando o campo da compreensão, da comensurabilidade e, portanto, da intersubjectividade, e por essa via vai ganhando para o diálogo eu/nós-tu/vós o que agora não é mais que uma relação mecânica eu/nós-eles/coisas.

Em conclusão, a crítica das correntes dominantes da epistemologia e a reflexão hermenêutica propostas nos capítulos que se seguem visam compreender a prática científica para além da consciência ingénuo ou oficial dos cientistas e das instituições de ciência, com vista a aprofundar o diálogo dessa prática com as demais práticas de conhecimento de que se tecem a sociedade e o mundo.